

PROPOSTA DO BB *onera associados da* ATIVA E APOSENTADOS

Entre outros prejuízos, banco propõe cobrança por dependente, quebra do princípio da solidariedade, voto de minerva e diretorias controladas por agentes de mercado

O BB apresentou às entidades de representação dos funcionários do Banco do Brasil, da ativa e aposentados, nova proposta para a Cassi. As mudanças sugeridas para o custeio da caixa de assistência oneram todos os associados, transformando a contribuição extraordinária em permanente e estabelecendo cobrança por dependente.

Além disso, o banco propõe mudanças na governança da Cassi, acabando com a paridade na gestão, com duas diretorias nas mãos de representantes do mercado e o voto de minerva para o banco.

De acordo com João Fukunaga, diretor do Sindicato, diante da proposta apresentada pelo BB, o momento é de cobrar responsabilidade das entidades de representação e da diretoria recentemente eleita na Cassi para que protejam os interesses dos associados, da ativa e aposentados.

“Causa-nos grande preocupação o resultado da última eleição na Cassi, na qual a vencedora foi uma chapa formada por altos executivos, apoiada pelo



BB. Os diretores eleitos não podem se furtar sobre o debate em relação à proposta do BB. Uma vez que assumem em junho, precisam sair do muro e manifestar de imediato a posição de cada um em relação a essa proposta, que penaliza os associados”, afirma João. “Por sua vez, as entidades de representação devem ter claro que a sua principal atribuição é proteger os direitos dos associados”, enfatiza.

BB tem de cumprir compromissos – O dirigente reforça a proposta do Sindicato para a Cassi: assegurar que o BB cumpra seus compromissos; não onerar o associado sem contrapartida do banco; preservar a paridade, com eleição de metade dos dirigentes; não ao voto de minerva; lutar contra as resoluções da CGPAR; fortalecer a Estratégia Saúde da Família e Clinicassi, que reduz gastos em 30%.

A última gestão eleita na Cassi, com William Mendes à frente, teve sucesso em preservar direitos dos assistidos, diante dos ataques do BB. E fortalecer a Estratégia Saúde da Família, o que foi reconhecido como essencial pela consultoria contratada pelo próprio banco.

“Inclusive, a proposta atual do BB já foi apresentada em 2015 e o Sindicato foi contra. Cobramos dos recém-eleitos a mesma postura combativa, em prol dos associados”, conclui a dirigente do Sindicato Sílvia Muto. ◆

NOVO MODELO DE CONTRIBUIÇÃO ONERA TRABALHADORES

Sindicato é contra e defende o princípio de solidariedade, por meio do qual todos os funcionários paguem a mesma proporção de seus salários, não fazendo da saúde um privilégio para quem pode pagar

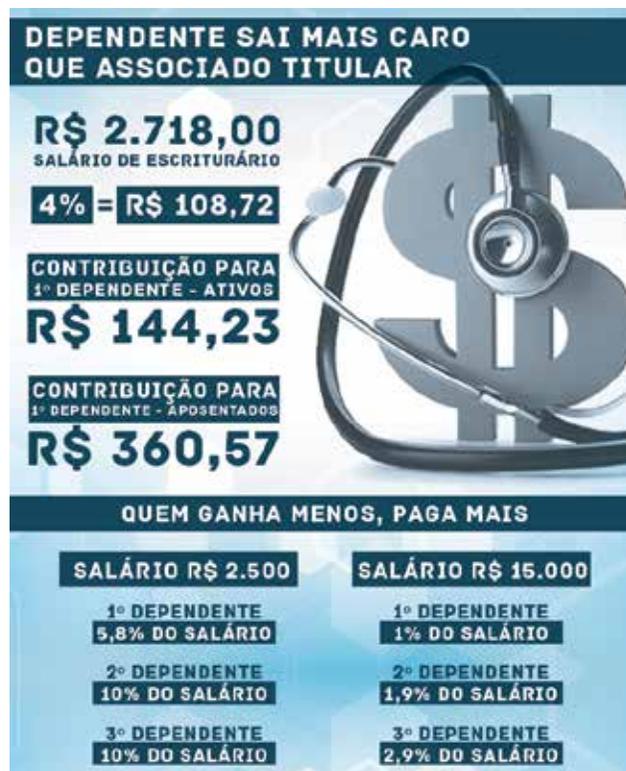
De acordo com a proposta apresentada pelo Banco do Brasil, a contribuição do banco para a Cassi se mantém em 4,5% e a dos associados passa para 4%. Isso torna permanente a contribuição extraordinária de 1% – que valeria apenas até dezembro de 2019.

Além disso, a proposta não menciona o aporte do banco, de cerca de R\$ 300 milhões por ano para a Cassi, também previsto no memorando de entendimento.

“A proposta de contribuição por titular já deixa clara a intenção do banco de onerar o associado. Enquanto não menciona o aporte anual acordado, transforma a contribuição extraordinária dos associados em permanente. A diferença de 1,5% entre os aportes do associado e patrocinador é justa, uma vez que as condições de trabalho no BB são responsáveis por índices cada vez maiores de adoecimento dos trabalhadores, o que por óbvio onera a Cassi”, critica o diretor do Sindicato, João Fukunaga.

Cobrança por dependente – O BB propõe, ainda, a instituição da cobrança por dependente na Cassi, o que não ocorre no atual modelo de custeio. E estabelece o valor base de R\$ 360,57 (valor limitado ao da 1ª faixa da Cassi Família II).

Os aposentados teriam de contribuir com 100% do valor base (R\$ 360,57) para o primeiro dependente



e mais 20% do valor para o segundo em diante (R\$ 72,11).

Já para os ativos, seria 40% do valor base por dependente até o terceiro (R\$144,23 por dependente) mais 20% do valor base (R\$72,11) a partir do terceiro dependente. E 60% desse valor seria pago pelo

Banco do Brasil.

“A cobrança por dependente penaliza todos os associados, mas especialmente os aposentados, já que 83,8% deles possuem um dependente, o cônjuge, e terão que arcar com 100% do valor base”, ressalta João Fukunaga, diretor do Sindicato.

“O BB tenta se livrar da responsabilidade sobre esse dependente, que pelo perfil de idade mais avançada pode ter custo maior com internações, medicamentos e cirurgias – a despesa com a qual o banco não quer arcar. O BB até já propôs a criação de um fundo para que esse custo não fosse do patrocinador”, lembra. “No caso dos dependentes da ativa, esse perfil muda, com o predomínio de exames e consultas. O que o banco propõe, além de onerar todos os associados, é a quebra do princípio da solidariedade, que garante o atendimento para todos. Pela proposta, quem ganha menos, pagará mais por dependente”, avalia Fukunaga.

“O que está claro na cobrança por dependente é que o BB quer retirar o cônjuge do plano, que não tem limite de idade e faz maior uso dos serviços. Não podemos ser hipócritas ao achar que o problema para o banco são os filhos, que podem ser dependentes apenas até os 24 anos e não fazem uso tão frequente da Cassi”, explica o dirigente. “Os associados da ativa, que já são prejudicados hoje, devem refletir que serão aposentados um dia e, no período de maior necessidade, não poderão contar com o princípio da solidariedade na Cassi. Inclusive, a proposta do BB atende às resoluções da CGPAR que pretendem excluir os aposentados e seus dependentes dos planos de autogestão”, acrescenta.

MUDANÇA NA GOVERNANÇA FAVORECE MERCADO

O Sindicato é contra o voto de minerva porque ele fere o princípio da equidade entre associados e banco: uma vez implantado, delega ao patrocinador, ou seja, ao BB, o voto de desempate em qualquer situação.

Já a proposta da criação de novas diretorias, retira dos eleitos – e, portanto, dos associados – a prerrogativa política de decidir sobre o modelo assistencial.

“Um exemplo é o Estratégia Saúde da Família, amplamente elogiado pela consultoria contratada pelo BB e referendado pela Agência Nacional de Saúde como modelo a ser seguido por outras entidades. Mas, nesse novo modelo proposto pelo banco, pode perder sua finalidade assistencial e de cuidado com a saúde, e ser utilizado como mecanismo restritivo de acesso à rede e ao cuidado assistencial”, denuncia Sílvia Muto, diretora do Sindicato, citando os programas de medicamentos que existem em planos de mercado. “Não são para benefício do assistido, mas funcionam como fiscalizadores de doenças não comunicadas ao plano, utilizados como justificativa para aumento do valor das mensalidades, pelo risco de crescimento de sinistralidade”, explica.

Nada disso existe hoje na Cassi. “Porém, descobrimos que, além de

realizar reuniões com o banco, os novos eleitos da Cassi possuem relação de parentesco com dirigentes de planos saúde de mercado que praticam políticas de restrição de atendimento camuflados de programas assistenciais. Não podemos aceitar que a nossa saúde seja mercantilizada. Em todos os casos em que entidades associativas foram administradas por gestores não assistidos pelo plano, os associados perderam direitos, ou os planos faliram. Com saúde não se brinca”, destaca Sílvia Muto. Além de aumentar exclusivamente a participação dos associados no custeio da caixa de assistência, a proposta do banco para a Cassi indica a implantação do voto de minerva e a criação de duas gerências executivas a serem ocupadas pelo mercado.

“**Em todos os casos em que entidades associativas foram administradas por gestores não assistidos pelo plano, os associados perderam direitos, ou os planos faliram**”